

ATUALIDADE

Quarteira será Laboratório Vivo experimental em 2018

Chama-se «Quarteira EcoLab» e é um projeto para a promoção da defesa ambiental desenvolvido pelo município de Loulé. É uma das 12 candidaturas aos Laboratórios Vivos (*Living Lab*) aprovadas pelo governo para testar medidas experimentais que visam combater as alterações climáticas

Sara Alves
sara.alves@barlavento.pt

O ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, esteve presente na apresentação do «Quarteira EcoLab», na segunda-feira, 21 de agosto, e anunciou que até ao final do ano, o governo distribuirá 4 milhões de euros para que as melhores ideias desenvolvidas neste, e noutros 11 espaços congéneres um pouco por todo o país, passem do papel à prática.

«Com o Laboratório Vivo EcoLab vamos agarrar um pedaço da cidade de Quarteira, isolar essa parte da malha urbana e aplicar critérios que, no futuro, irão vigorar em toda a parte. É um desafio que o Ministério do Ambiente nos colocou e que nós

aceitámos. Há tecnologia que nos vai permitir reorganizar a cidade e a vida dos que moram naquele quarteirão à luz da preocupações ambientais atuais. Estou muito feliz por abraçar este desafio e convidar os quarteirenses a envolverem-se neste projeto», referiu Vítor Aleixo presidente da Câmara Municipal de Loulé durante a apresentação do «Quarteira EcoLab».

A tutela, através do Fundo Ambiental, desafiou os municípios portugueses a planearem, desenvolverem e implementarem «laboratórios vivos para a descarbonização», em três fases: concurso de ideias, plano de implementação e execução. Este ano, no decorrer da estratégia municipal que faz face às alterações climáticas, o município

louletano apresentou a candidatura «Quarteira EcoLab». Na fase preliminar foi um dos 12 municípios escolhidos para avançar com a ideia.

Aleixo referiu que «das 35 candidaturas selecionadas foram aprovadas 12» e à algarvia foi «atribuído um honroso oitavo lugar. Este executivo tem colocado muita energia e brio» na implementação de um novo paradigma da gestão autárquica. «O ambiente é uma matéria global que se impõe em todo o mundo e a cada um de nós, o nível local, compete-nos fazer a nossa parte».

Com o «Quarteira EcoLab» pretende-se «adaptar em espaço urbano, uma área de teste e demonstração de soluções tecnológicas integradas em contexto real, no que toca aos transportes e



Sara Alves



Sara Alves

mobilidade, eficiência energética, serviços ambientais inovadores e promoção da economia circular», explicou Inês Rafael, uma das técnicas municipais responsáveis.

Tudo começou em 2015 quando o município aceitou o desafio de integrar a rede «ClimAdaPT.Local». «Dos 26 envolvidos a nível nacional, o de Loulé foi o primeiro a definir e aprovar a sua estratégia, a 8 de junho de 2016, a qual definiu de Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC)».

O ministro do Ambiente João Matos Fernandes explicou que «aquilo que queremos para já é transformar ideias em projetos. Até meados de

novembro, este laboratório tem de ser apresentado ao pormenor e depois, iremos mesmo financiar as melhores ideias. Para isso, distribuiremos quatro milhões de euros do orçamento do Fundo Ambiental».

O Ministro felicitou ainda o presidente Vítor Aleixo por intuir «que o futuro é mesmo este: cidades sustentáveis e partilháveis». Até ao final do ano, o «Quarteira EcoLab» conta com um financiamento de 80 mil euros para apresentar um projeto. Depois, cada autarquia poderá beneficiar de uma verba na ordem dos 500 mil euros, para o concretizar.

Em junho, as entidades que constituem o Conselho

Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, aprovaram uma moção afirmando o seu empenho em cooperar e contribuir, para a concretização do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC).

O Programa Operacional CRESC Algarve 2020 e o PO SEUR têm aprovadas candidaturas dinamizadas pela AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve e pelos municípios, com sinergias com as temáticas das Cidades Inteligentes, Mobilidade e Descarbonização.

OPINIÃO

Diogo Duarte | Jurista, investigador, colunista



Turismo: um modelo à procura da centralização?

A pergunta é legítima e tem plena razão de ser. Nos últimos anos, Lisboa procurou encontrar no turismo uma espécie de *galinha dos ovos d'ouro*, algo que, com muito esforço, conseguiu, catapultando assim a sua imagem no exterior. Lisboa arrogou-se de ser uma cidade multicultural, onde a História caminha ao lado das

start-ups que (diz-se) prosperam como cogumelos, onde se cumprem os costumes e tradições cuidadosamente preservadas, e onde o pastel de Belém adquiriu uma importância *quasi*-nacional. Um louvável (e não menos dispendioso) esforço do Turismo de Portugal e de boa parte da alta política, levou Lisboa às bocas do

Mundo. Investida desta efémera *legitimidade* e deste protagonismo recente, Lisboa preparou, silenciosamente, um modelo centralizado no setor do turismo, reservando para si os grandes eventos internacionais, tal como sucedeu em relação ao *Web Summit* em 2017, e em acontecerá em relação ao (futuro) Festival Eurovisão da

Canção de 2018.

Todavia, este modelo centralizado defronta-se com evidentes adversidades, para as quais, a classe política não é capaz de providenciar uma solução adequada. Por um lado, procuram-se atrair mais visitantes, levando-os a conhecer a histórica cidade de Lisboa, para a qual, um só ae-

roporto já não basta, por outro, legisla-se desenfreadamente para limitar o alojamento local (estendendo a regulação a nível nacional), impede-se a circulação de turistas nos centros históricos (no caso dos *Tuk-Tuk*), ao mesmo tempo que, com a máxima passividade, se permite o crescer da especulação imobiliária quer na compra, quer no arrendamento.

Este bipolarismo acéfalo revela plenamente a incapacidade que Lisboa tem de lidar com esta nova realidade. A insuficiência do seu modelo gestor tem paten-

te uma questão mais profunda: a insustentabilidade de uma solução centralizada. O turismo contrasta com o turismo de luxo e qualidade do Algarve, razão pela qual, só este último se revela sustentável a longo prazo, considerado, sobretudo, os proveitos económicos.

Como tal, e respondendo à questão inicial, não é o turismo que procura um modelo centralizado, ao invés, é o modelo centralizado que Lisboa pretende implementar que procura (e necessita) desesperadamente do turismo.